



**Capa** – páginas 6 e 7

## 17º CBC ganha novos atrativos

Além de participar dos principais temas envolvendo a contabilidade, os profissionais da área poderão realizar negócios durante o Congresso. Prova disso é a Feira de Produtos e Negócios que vai ocorrer paralelamente ao evento. O lançamento foi no último dia 19 de maio, no CRCSP. Já o Portal do 17º CBC foi reformulado e, com *layout* diferenciado, ficou mais dinâmico e moderno.

**Legislação** – página 4

### Normas editadas pelo CFC são reconhecidas em Resolução do BC

Resolução do Banco Central reconhece Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) como fio condutor nas relações entre auditores independentes e instituições, cujo funcionamento depende de autorização da Autarquia.

**Educação** – página 5

### “Contabilizando o Sucesso” apresenta nova metodologia

Coordenadores do projeto participaram de encontro que abordou, entre outros assuntos, o método “Empreender”, que consiste, por exemplo, na organização de núcleos setoriais. O programa já conta com mais de 850 alunos.



## Seções

Editorial .....	2
Cartas .....	2
Fiscalização .....	3
Legislação .....	4
<b>Educação .....</b>	<b>5</b>

Eventos .....	8 e 9
Internacional .....	8 e 9
Pioneiros da Contabilidade .....	10
<b>Notícias Contábeis .....</b>	<b>11</b>
Conselheiros em Destaque .....	12



Eugenio Novaes

## Palavra do Presidente

*Made in China.* Por vários anos, esta frase vem cancelando uma miríade crescente de produtos que aportam no Brasil, provenientes diretamente da China ou, de forma indireta, via mercados atravessadores, como é o caso do Paraguai. Nem sempre os brinquedos, os eletroeletrônicos e outros produtos chineses, que chegam ao território brasileiro, são sinônimos de boa qualidade. Entretanto, quase sempre acirram a concorrência com os similares nacionais e, na maioria das vezes, ganham a preferência do consumidor pelo menor preço comercializado, graças à menor tributação sofrida na sua origem.

Esse comércio sempre foi visto sob o olhar desconfiado do Governo brasileiro, pois suas transações vêm incentivando a nossa (já agigantada) economia informal. Mas, a República da China, enquanto parceira comercial, não é apenas uma fornecedora de mercadorias supérfluas para consumo. Trata-se, também, de uma apreciável consumidora dos produtos *Made in Brazil*. Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, as relações comerciais sino-brasileiras, nos últimos cinco anos, cresceram três vezes e meia, saltando de US\$ 1,9 bilhão para US\$ 6,7 bilhões.

Esses dados comprovam a perspicácia de um país como a China que, nos últimos 25 anos, investiu em seu potencial, priorizando setores essenciais para o crescimento econômico, como o da indústria. Os números demonstram ainda que parte desse crescimento, comumente medido pelo aumento da renda *per capita* e da produção de serviços e mercadorias, se deu por meio da adoção de políticas internas eficientes. Uma delas é a adoção da baixa carga tributária – existem somente 14 impostos aplicados às empresas estrangeiras interessadas em investir na China, contra 80, no Brasil. Uma pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), em maio de 2002, já denunciava o contra-senso da realidade tributária brasileira desde 2001. As empresas nacionais, na época,

arcavam com cerca de 61 tributos, entre impostos, taxas e contribuições. Além disso, já existiam cerca de 93 obrigações acessórias a cumprir pela empresa que tentasse manter-se em dia com o Fisco. Há três anos, o custo que os empresários teriam, para cumprir apenas as suas **obrigações acessórias**, equivalia a 1% do seu faturamento; ou seja, em 2001, eles tiveram um acréscimo, nos custos de geração dos seus produtos/serviços, de mais de R\$ 6 bilhões, somente para o cumprimento da burocracia exigida pelo Poder Público. Esse estado de coisas empurra o pequeno empreendedor para a informalidade e desestimula a implantação e/ou a expansão de grandes negócios. Também a sonegação, em decorrência, tornou-se inevitável. De acordo com a mesma pesquisa do IBPT, os tributos mais sonegados em 2001, pela ordem, foram: Imposto de Renda, ICMS, PIS e Cofins, Contribuição Social sobre o Lucro, ISS, IPI, INSS, Imposto de Importação, IOF e CPMF – a maioria, foco da voracidade do Governo atual.

Se formos comparar a carga tributária brasileira, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), do ano de 2001 (35,48%) com a do primeiro semestre de 2003 (37,57%), é possível verificar o disparate em que se tornou o sistema tributário brasileiro. Tem-se uma devastadora e abusiva prática de normas direcionadas à arrecadação de mais e mais tributos, e a contra-partida perversa de uma histórica má aplicação dos recursos financeiros obtidos. Em suma: o nosso Estado tem sido cada vez mais **esperto** na arrecadação e **lerdíssimo** na prestação dos serviços reclamados pela sociedade.

A ida do Governo brasileiro e de uma seleta comitiva de empresários à Pequim, no último dia 23 de maio, está criando excelente expectativa. É impossível que tão expressiva equipe não tenha constatado *in loco* o quanto a adoção de políticas tributárias menos prolixas e mais inteligentes – como vem praticando o governo chinês – pode contribuir para a prosperidade econômica do País. Que essa investida no Oriente sirva para orientar as nossas autoridades tributárias. Esperamos que esse esforço torne-se um grande negócio, do tamanho da China, para todos nós!

**José Martonio Alves Coelho**

Presidente do CFC

presidencia@cfc.org.br

Envie um e-mail para [comsocial@cfc.org.br](mailto:comsocial@cfc.org.br) e dê sugestões de matérias para as próximas edições do **Jornal do CFC**. A sua opinião é muito importante para nós!

## Cartas

Este espaço pertence aos leitores do Jornal do CFC. É por meio dele que será feita a interação entre a vontade do leitor e os editores do Jornal. Para incentivar este diálogo, cartas, opiniões e pedidos serão bem-vindos.

### Errata

Retificamos a informação publicada no “Expediente” do **Jornal do CFC** nº 70 – referente ao bimestre março/abril –, relativa à tiragem do referido veículo de comunicação. O número correto de exemplares impressos é de 62 mil, e não de 65 mil unidades, como foi publicado.

### Comunicado

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), assim como os 27 Conselhos Regionais (CRCs) espalhados pelo País, está sendo bastante requisitado pelos profissionais da Contabilidade, por entidades, por estudantes e pelo público em geral, quanto ao envio de publicações editadas pelo CFC, no ano de 2003. O Conselho Federal informa ainda que, a partir deste mês, estará encaminhando a todos os CRCs uma quantidade específica de livros e manuais, para atender às demandas de pedidos. O CFC também informa que as publicações estão disponíveis em seu *site*, na *internet*, no seguinte endereço eletrônico: [www.cfc.org.br](http://www.cfc.org.br). Vale lembrar que algumas publicações já estão esgotadas e que o formato *on line* é a única forma de acesso às obras.

## Expediente

### Plenário do CFC

#### Presidente

Contador José Martonio Alves Coelho

#### Vice-presidentes

Contador Antônio Carlos Dóro  
Contador Irineu De Mula  
Contador João de Oliveira e Silva  
Contador Sergio Faraco  
Contador Sudário de Aguiar Cunha

#### Conselheiros

Contador Alcedino Gomes Barbosa  
Contador Antônio Carlos Dóro  
Contador Hugo Rocha Braga  
Contador Irineu De Mula  
Contador João de Oliveira e Silva  
Contador José Justino Perini Colledan  
Contador José Martonio Alves Coelho  
Contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim  
Contador Sergio Faraco  
Contador Sudário de Aguiar Cunha  
Téc. Cont. Bernardo Rodrigues de Souza  
Téc. Cont. José Odilon Faustino  
Téc. Cont. Mauro Manoel Nóbrega  
Téc. Cont. Miguel Ângelo Martins Lara  
Téc. Cont. Paulo Viana Nunes

### Conselho Consultivo

Zilmar Bazerque Vasconcelos  
Ynel Alves de Camargo  
Olívio Koliver  
Antônio Lopes de Sá  
Sérgio Approbato Machado  
Antonio Carlos Nasi  
José Serafim Abrantes  
José Maria Martins Mendes  
João Verner Juenemann  
Alcedino Gomes Barbosa

### Jornal do CFC

Ano 7 - Nº 71 - maio/junho 2004  
EDIÇÃO/JORNALISTA RESPONSÁVEL:  
Andréa Mota - DF 02226JP  
REDAÇÃO: Fabrício Santos e William Passos  
PROJETO GRÁFICO: Fabiolla Rech e Sílvia Neves  
DIAGRAMAÇÃO: Sílvia Neves  
REVISÃO: Glória B. Vila  
ANÚNCIOS: Tel: (61) 314-9641  
comercial@cfc.org.br,  
comsocial@cfc.org.br  
Tiragem: 62.000 exemplares

Permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE - SAS - QUADRA 5 - BLOCO J - Ed. CFC  
TEL: (61) 314-9600 - FAX: (61) 322-2033 - CEP 70070-920 - BRASÍLIA-DF  
[www.cfc.org.br](http://www.cfc.org.br) - [cfc@cfc.org.br](mailto:cfc@cfc.org.br)

## CRCPR apresenta resultados positivos com os novos procedimentos de fiscalização



As novas regras adotadas pelo Sistema CFC/CRCs, no setor de fiscalização, desde o início deste ano, têm gerado efeitos significativos. A iniciativa vem sendo elogiada por vários Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs). Um deles é o Conselho Regional de Contabilidade do Paraná (CRCPR), que já obteve resultados positivos com a adoção das novas medidas. Segundo o vice-presidente de Fiscalização do CRCPR, contador César Ponte Dura, “os novos critérios de fiscalização, nesse primeiro momento, estão perfeitos. Possivelmente, até o fim do ano, teremos alguns ajustes ou até mesmo alguns aprimoramentos”.

Diante do cenário atual, o CRCPR, implacável quanto à exigência da Contabilidade de todos os clientes, demonstra a evolução nos processos de fiscalização. Segundo dados apresentados pelo Conselho, o número de empresas que não mantiveram a escrituração contábil regular, em 2001, foi de 1.007 estabelecimentos. Já em 2004, os autos de infração

aplicados, neste caso, totalizaram 265.

Outro dado importante revela que, em 2001, 293 empresas forneceram a Decore inidônea e, em 2004, apenas 68 empresas. Os resultados apresentados no ano de 2004 referem-se apenas aos primeiros cinco meses do ano em curso. A queda, no entanto, está atribuída às novas medidas adotadas pelo Sistema CFC/CRCs. A meta do CRCPR, no entanto, é que, até o fim do ano, essas infrações sejam reduzidas.

Desde a aplicação dos novos parâmetros, o CRCPR – como os demais Conselhos Regionais – tem conseguido diminuir as infrações cometidas pelos contabilistas, melhorando os serviços prestados pelos escritórios de Contabilidade. A intenção também é a de esclarecer o empresário sobre a importância de utilizar a Contabilidade como um sistema de informação para o seu negócio. “Alguns contabilistas gostariam que a fiscalização fosse ainda mais intensa, pois eles entendem que, dessa forma, inibiriam o mal profissional, evitando, assim, a concorrência desleal e o aviltamento de hono-

rários, que é uma das práticas que mais prejudicam os integrantes da classe contábil. Aquele que é pago para fazer, e não o faz, deve ser punido!”, diz César.

**Orientação** – Para orientar ainda mais os órgãos, os empresários e os contabilistas do Paraná, sobre os procedimentos que estão sendo adotados, o CRCPR encaminhou um ofício, informando sobre os trabalhos que serão executados. “Avisamos, com antecedência, como e quando vai ser realizada a fiscalização. É uma forma de garantirmos a melhor qualidade do serviço que será prestado”, revela o vice-presidente de Fiscalização do CRCPR, César Ponte Dura.

Para ele, os novos parâmetros de fiscalização criados pelo CFC possibilitarão uma proteção maior para a sociedade. “O retorno social torna o contabilista como peça imprescindível, aproximando os profissionais capacitados da comunidade em que atuam”, reforça.

### INFRAÇÕES COMETIDAS

	TOTAL		TOTAL
Não manter a escrituração contábil regular	265	Não informar responsável técnico	23
Fornecer Decore inidônea	68	RCI - Não averbar alteração de endereço	37
Deixar de arquivar a 2ª via da Decore	12	Deixar de averbar alteração contratual	41
Utilizar Decore inidônea	20	Sem RCI - Registro de Cadastro Individual	42
Utilizar Decore de outro contador	2	RCI – baixado	7
Deixar de elaborar as demonstrações contábeis conforme as NBCs	22	Denúncia	7
Deixar de fazer contrato de prestação de serviços profissionais	17	Não averbar a alteração de endereço	4
Deixar de registrar o Livro-diário	165	Manter sócio de forma irregular	2
Deixar de escriturar o Livro-inventário	52	Auditoria (*)	
Sem registro cadastral	10	Perícia (*)	
Sem registro profissional	8	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>840</b>
Registro baixado	16	Foram fiscalizados 60 municípios no Estado do Paraná.	
Manter funcionário inabilitado	20	* Não foram objeto de auto de infração.	
		Tabela referente ao período de janeiro a maio de 2004	

AUTOS DE INFRAÇÃO	2001	2002	2003	2004
Não manter a escrituração contábil regular	1.007	1.097	947	265
Deixar de registrar o Livro-diário	472	604	634	171
Fornecer Decore inidônea	293	339	232	68

Fonte: CRCPR

## Banco Central reconhece normas editadas pelo CFC

O Banco Central deu novamente demonstração de reconhecimento às Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, ao publicar resolução que altera e consolida a regulamentação relativa à prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras, cujo funcionamento depende de sua autorização. Nessa mesma norma, a maior autoridade financeira do País também valoriza o exame de certificação, organizado pelo CFC em conjunto com o Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon).

O reconhecimento e a valorização das NBCs veio por meio da Resolução nº 3.198, editada no último dia 27 de maio. De acordo com a nova norma, devem ser auditados por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas das instituições financeiras, como bancos e consórcios. A medida é válida também para as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BC, que tenham dependência ou participação societária no exterior.

“Essa resolução é importante para o sistema, num contexto de que a maior autoridade financeira do País mais uma vez cita nossas normas”, comemora o Vice-presidente Técnico do CFC, Irineu De Mula. Ele lembra ainda que, nessa mesma resolução, a autarquia também oficializa o exame de qualificação profissional ao exigir que os auditores independentes cumpram deveres e responsabilidades nesse sentido. “Isso é mais um reconhecimento, por parte do Banco Central, às normas e programas emanados por nós”, complementa De Mula.

Além do exame de qualificação técnica, o Banco Central vai exigir que os profissionais da auditoria participem dos programas de controles interno e externo, e de educação continuada.

A resolução é rígida com o prazo para que os auditores, ao constatarem evidências de fraude ou de erro nas demonstrações contábeis, informem à autoridade competente. Caso uma dessas situações seja verificada, o profissional tem três dias úteis para fazer a devida comunicação

formal ao Banco Central. Mais uma vez para o BC, os conceitos de erro e fraude são aqueles estabelecidos pelo CFC ou pelo Ibracon.

Por último, as entidades auditadas, bem como os auditores independentes, devem manter à disposição do Banco Central, pelo prazo mínimo de cinco anos, os referidos relatórios contábeis. Também devem ser guardados por este período os contratos de prestação de serviços, papéis de trabalho e outros documentos relacionados com o trabalho de auditoria.



Irineu De Mula comemora resolução do Banco Central

## Ministério Público acata solicitação do CFC e altera edital de concurso

A Comissão de Concurso para Servidor do Ministério Público de Santa Catarina acolheu, no início de maio, por unanimidade, a alteração proposta pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) no edital nº 002/2004, que visa a contratação de servidores para o quadro permanente do referido MP, por meio de concurso público.

O CFC, em ofício enviado ao procurador-geral de Justiça do Estado de Santa Catarina, solicitou a revisão do item 2.2.1.2 do edital, que, na sua forma original, não exigia do Técnico em Contabilidade o devido registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), como requisito para a investidura no cargo. De acordo com o promotor de Justiça e membro da Comissão, Cid Luiz Ribeiro Schmitz, a retificação já foi encaminhada aos órgãos competentes, para as devidas providências, tornando portanto obrigatório o registro para a finalidade citada.

O Conselho Federal de Contabilidade também requereu ao procurador-geral que as vagas abertas para o cargo de Auditor fossem exclusivas para contadores. O CFC argumentou que o referido cargo está íntima e diretamente ligado ao campo do exercício profissional contábil. “No desempenho das atividades a ele atribuídas, haverá necessidade da aplicação dos conhecimentos inerentes à Ciência Contábil”, justificou o presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), José Martonio Alves Coelho, no expediente enviado ao Ministério Público catarinense. No entanto, a Comissão de Concurso decidiu manter o teor original desta parte do edital.

### Saiba mais

#### Livro aborda normas sobre auditoria

Os contabilistas podem conhecer um pouco mais sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade para a área de auditoria por meio do livro “Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade – Auditoria e Perícia”, publicado pelo CFC no ano passado. A obra apresenta as resoluções editadas pelo Conselho, aborda o Código de Ética do Profissional Contabilista, conceitos sobre fraude e erro, auditoria interna, entre outros tópicos que permi-

tem ao profissional uma profunda imersão nas normas e controles que permeiam a Contabilidade e a Auditoria no Brasil.

A publicação serve como manual para os profissionais que querem aprofundar-se sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade e conhecer um pouco mais sobre o Programa de Educação Continuada e o Exame de Competência Profissional. Além disso, o livro traz as principais resoluções sobre normas profissionais para o auditor.



## Capacitação mobiliza coordenadores do “Contabilizando o Sucesso”



do”, destacou o coordenador nacional do programa pelo CFC, Juarez Domingues Carneiro, durante sua palestra.

O também conselheiro suplente do CFC explicou que o cunho social está inserido no objetivo do projeto: reduzir o índice de mortalidade das empresas de pequeno porte, o que, conseqüentemente, implica na redução do fechamento de postos de trabalho.

A orientação recebida pelos coordenadores do projeto, pelos Conselhos Regionais de Contabilidade e pelo Sebrae nos Estados será levada aos contabilistas, por meio das turmas já iniciadas. Os profissionais da Contabilidade, por sua vez, repassarão os ensinamentos aos empresários que eles assessoram.

O diferencial para as outras metodologias é que no “Empreender” os empresários são orientados a buscar, juntos, soluções para as dificuldades. “Eles podem, por exemplo, encontrar uma saída para problemas com tributos locais”, explicou um dos instrutores do Sebrae, José Maria Melim. A metodologia adotada, segundo Melim, é usada pela entidade há 13 anos, e aplicada com sucesso em mais de 700 cidades brasileiras.

Representantes dos Estados que aderiram ao “Contabilizando o Sucesso” – projeto realizado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) – estiveram reunidos durante uma semana, em Brasília (DF), para trocar experiências e receber informações sobre a iniciativa. Durante o encontro, realizado entre os dias 3 e 8 de maio, os participantes também conheceram a metodologia “Empreender”, que consiste na organização de núcleos setoriais, em que o aspecto associativo é valorizado. Foi a primeira vez que o grupo se reuniu para receber orientações sobre o assunto.

“Contabilizando o Sucesso” já atingiu a marca de 40 turmas, reunindo, aproximadamente, 850 alunos em todo o território nacional. O programa foi criado com o objetivo de implantar e de capacitar uma rede de profissionais de Contabilidade, para assessorar as micro e pequenas empresas em sua gestão, focando o desenvolvimento da Responsabilidade Profissional e Social do Contabilista. “É um projeto ousado e diferente. O que me encanta nele, fora a responsabilidade que temos de zelar pelo desenvolvimento profissional, é o cunho social conti-

Para o coordenador do programa no Paraná, contador Orlando Chiqueto Rodrigues, o aprendizado adquirido não lhe foi vendido apenas como um curso de capacitação, mas, sim, como uma proposta de mudança comportamental. “Essa forma de visualização dos problemas nos permite mostrar dificuldades comuns. Assim, podemos ter ações conjuntas para a efetiva solução nesse sentido”, afirmou Chiqueto.

“Aprendemos aqui a utilizar mais uma ferramenta para auxiliar o micro e o pequeno empresário”, comemorou a vice-presidente de Desen-

volvimento Profissional do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte (CRCRN), Maria do Rosário de Oliveira.

**Análise do evento** – O coordenador nacional do programa pelo Sebrae, Evandro Manzano, avaliou como positiva a capacitação realizada na Capital Federal. “As pessoas estão empolgadas, motivadas e vislumbradas com o programa”, afirmou. “A metodologia aplicada vai ajudar os apoiadores (contabilistas) das micro e pequenas empresas no cumprimento das metas do “Contabilizando o Sucesso”, completou.

Além de receberem explicações sobre a metodologia “Empreender”, os participantes tiraram dúvidas, receberam orientação sobre prestação de contas com os gestores do programa e conheceram as diversas ferramentas disponíveis no site do programa.

Por meio do endereço eletrônico [www.contabilizando.com.br](http://www.contabilizando.com.br), os coordenadores puderam aprender como participar de fóruns de discussão *on-line*, como enviar sugestões de notícias e boas práticas utilizadas nos seus Estados.

### Em destaque

#### Deputado Federal apóia projetos do Sistema



Presidente do CRCRO, João Altair dos Santos, e o Deputado Federal Agnaldo Muniz(PPS-RO)

O Projeto de Lei nº 2.485/03 – que dispõe sobre o Exame de Suficiência – foi o assunto principal do encontro do presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia (CRCRO), João Altair dos Santos, com o deputado federal Agnaldo Muniz (PPS-RO). Os dois estiveram reunidos em Brasília (DF), no último dia 7 de maio, na Câmara dos Deputados. O presidente do CRCRO também apresentou ao parlamentar o Projeto de Lei nº 2.674/03, que trata da representatividade das unidades da Federação na composição plenária do CFC. O deputado garantiu o seu apoio à tramitação de ambos os projetos na Casa e acrescentou: “qualquer investida do Sistema CFC/CRCs, nesta Casa, terá meu total apoio”.

### Comitê Gestor conta com novos membros

O Comitê Gestor do Projeto “Contabilizando o Sucesso” tem dois novos integrantes: os contadores Raimundo Neto de Carvalho e Antônio Augusto de Sá Colares. Eles foram apresentados na reunião realizada no dia 20 de maio, na sede do CFC. “Os novos componentes serão de grande importância para o Projeto”, antecipa o conselheiro da Câmara de Desenvolvimento

Profissional do CFC e coordenador do Projeto, Juarez Domingues Carneiro.

Participaram ainda da reunião, o Vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CFC, contador Sudário de Aguiar Cunha, e o coordenador do Projeto pelo Sebrae Nacional, Evandro Manzano. Próxima reunião acontecerá no CFC, no dia 18 de junho.



Raimundo Neto de Carvalho



Antônio Augusto de Sá Colares

## Mais informação e interatividade com os congressistas



Sérgio de Paula

Lançada no dia 19 de maio, no Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo – CRCSP, a Feira de Produtos e Negócios será realizada em paralelo ao Congresso, no pavilhão de exposições do Mendes Convention Center – local que sediará o 17º CBC, em Santos (SP). Na ocasião, a planta baixa do espaço reservado à montagem dos estandes foi apresentada para os convidados,

no CRCSP. Os espaços, inclusive, já estão sendo comercializados desde a data do lançamento. A expectativa é atrair, em um único ambiente, visitantes de todos os Estados brasileiros, para prestigiar os expositores e suas novidades direcionadas ao setor contábil.

As empresas relacionadas com a profissão contábil terão a oportunidade de expor e oferecer aos profissionais seus produtos e serviços,

nos diversos tipos de estandes. O tamanho e os custos dos estandes, assim como os benefícios ao expositor, podem ser consultados na seção “Serviços”, do portal do Congresso – <http://congresso.cfc.org.br>. No ambiente, também serão montados os estandes dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade (CFC e CRCs), de empresas, cujas atividades estejam voltadas para a Contabilidade, e da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), uma das organizadoras do Congresso.

**Estandes** – Os expositores poderão escolher seis tipos de estandes, divididos por categorias: Master, Ouro, Prata, Bronze, Expositor A e Expositor E. Com ótima localização, os estandes estarão distribuídos em um espaço de 10 mil metros quadrados, possuindo uma infra-estrutura necessária para que todos os expo-

sitores possam demonstrar seus produtos para os congressistas e visitantes.

A Feira promete trazer ainda outras atrações aos visitantes, como um *cyber café*, com acesso à rede mundial de computadores, e uma mostra do rico acervo do Museu Brasileiro de Contabilidade, instalado permanentemente na sede do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em Brasília (DF).

### Atenção!

O prazo para inscrição dos Trabalhos Técnicos, que serão apresentados no 17º CBC, foi prorrogado para o dia **15 de julho de 2004**.

Mais informações:  
<http://congresso.cfc.org.br>



Julio Linuesa Perez, José Heleno Mariano, Flavio Gonçalves Pacheco e Jair Gomes de Araujo



Público participa da abertura da Feira



José Danguesi, representante da Alcântara Machado



Maria Clara entre Luiz Carlos Vaini e Pedro Fabri

Fotos: Sérgio de Paula

## Acesse o nosso site!

Desde o dia 18 de maio, ficou mais interessante navegar pelo portal desenvolvido para o 17º Congresso Brasileiro de Contabilidade, na *Internet* (<http://congresso.cfc.org.br>). O evento, que acontecerá em Santos (SP), nos dias 24 a 28 de outubro, é um dos mais aguardados pelos profissionais da Contabilidade. Por este motivo, tornou-se necessário criar um canal de comunicação mais eficiente e atrativo, o qual busca orientar e fornecer informações

atualizadas aos contabilistas, estudantes e demais interessados em participar.

O novo portal substituiu o *website* que estava publicado na *Internet* desde outubro de 2003, quando foi feito o lançamento do Congresso, na cidade de São Paulo (SP). O projeto atual traz seções interativas com o usuário, como o *chat*. Este é um serviço de atendimento *on line*, pelo qual o público poderá solicitar informações, junto à Secretaria do evento e em tempo real, a res-



peito da organização e da realização do 17º CBC. O horário do atendimento *on line* é o seguinte: segunda, quarta e sexta-feira, das 9h às 10h; e terça e

quinta-feira, das 16h às 17h. Fora desta programação, os interessados poderão obter outras informações pelo *e-mail* [congresso@cfc.org.br](mailto:congresso@cfc.org.br).

# do 17º Congresso Brasileiro de Contabilidade

## 17º CBC terá palestra do Governador Germano Rigotto



Governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto entre o presidente do CFC, José Martonio, e o presidente da Fenacon, Pedro Coelho Neto

O governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto (PMDB), irá proferir palestra durante o 17º Congresso Brasileiro de Contabilidade (Santos/SP – 24 a 28 de outubro de 2004). A notícia foi dada pelo próprio governador, que acolheu prontamente o convite feito pelo Sistema CFC/CRCs. Rigotto recebeu, no último dia 3 de maio, em seu gabinete, no Palácio Piratini, sede do Governo, o presidente do Conselho Federal de Contabilidade, José Martonio Alves Coelho; o presidente do CRCRS, Enory Luiz Spinelli; e o presidente da Fenacon, Pedro Coelho Neto. Vários temas já foram definidos para serem apresentados no Congresso, entre eles: “A Contabilidade e o Setor Público”, “A Contabilidade e o Sistema Tributário”, “A Contabilidade e a Governança Corporativa”, “A Contabilidade na Era Digital” e o “Papel do Contabilista no Terceiro Setor”.

## Medalha João Lyra



Alguns dos homenageados com a Medalha João Lyra

Mais uma vez um contabilista será homenageado com a medalha João Lyra, durante o Congresso Brasileiro de Contabilidade. A medalha é a mais alta comenda entregue a um profissional da área contábil. Instituída pela Resolução CFC nº 440, de 1976, a medalha destina-se a homenagear o profissional que se destacou de forma notável pelos serviços prestados à Contabilidade. Os Conselhos Regionais de Contabilidade encaminham lista, sugerindo o nome do futuro agraciado, para o Conselho Federal, que escolherá o homenageado em Reunião Plenária.

Veja, no quadro ao lado, os contabilistas que já foram agraciados com a Medalha João Lyra.

Nome	CBC	Data
Hilário Franco	Fortaleza	1976
Ulisses Celestino	Fortaleza	1976
Zilmar Barzerque de Vasconcellos	Fortaleza	1976
Ynel Alves de Camargo	Curitiba	1980
Olívio Koliver	Recife	1984
Antônio Lopes de Sá	Cuiabá	1988
Militino Rodrigues Martinez	Salvador	1992
Sérgio Appobatto Machado	Salvador	1992
Ivan Carlos Gatti	Fortaleza	1996
Antonio Carlos Nasi	Goiânia	2000

## Faltam poucos meses para o fim das inscrições

Os futuros congressistas do 17º CBC precisam atentar para a data final de inscrição no Congresso: 31 de agosto. Todo o processo de participação no evento é realizado somente pelo portal do Congresso na *internet*: <http://congresso.cfc.org.br>, e o pagamento deve ser efetuado em até dois dias úteis, em qualquer agência bancária. Vale lembrar que estão sendo aguardados cerca de 4,5 mil congressistas e que as inscrições são limitadas.

O valor das inscrições, até o dia 30/6, é de R\$300,00 para profissionais, e de R\$ R\$150,00 para estudantes.

Após esta data, até o dia 31/8, o valor será de R\$350,00 e de R\$175,00, respectivamente.

## Novidades

## Academia Brasileira de Ciências Contábeis tem novo presidente

Divulgação



Da esquerda para direita: Luiz Leonardo Cantidiano, Ramez Tebet, José Dirceu, Antoninho Marmo Trevisan, Horácio Lafer Piva, Antonio Lopes de Sá, Guido Mantega e José Martonio Alves Coelho

“A Contabilidade Pública brasileira virou samba de crioulo doido, que mistura regime de caixa com regime de competência”. Com estas palavras, o presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis, contador e empresário de Auditoria, Consultoria e Educação, Antoninho Marmo Trevisan, em seu discurso de posse, realizado no dia 7 de maio, defendeu a mudança da contabilidade pública brasileira como forma de atrair investimentos. Para Trevisan, “se o FMI não autorizar o Brasil a extinguir as despesas das estatais de cálculo do superávit primário, não há como retomar o crescimento”.

Segundo Trevisan, o País está impossibilitado de crescer, visto que o investimento, hoje existente no Brasil, é tido como despesa, tor-

nando o gestor público incapaz de realizar suas ações. O contador sugere que seja encaminhado para o Congresso um projeto de revisão da Contabilidade Pública – projeto semelhante está sendo desenvolvido pelo Conselho Federal de Contabilidade, a pedido da Vice-presidência da República. “Essa decisão depende de vontade política. Investimento não é uma despesa que empobrece um país, e sim um gasto que vai beneficiar futuras gerações”, revela Trevisan.

O presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), José Martonio Alves Coelho, esteve presente à cerimônia de posse, realizada no salão nobre da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Autoridades e parlamentares também compareceram

à cerimônia; entre eles, o Diretor da CVM, Luiz Leonardo Cantidiano, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), o ministro da Casa Civil, José Dirceu, e do Planejamento, Guido Mantega; o novo presidente da Academia, Antoninho

Marmo Trevisan; o presidente do CFC, José Martonio Alves Coelho; o presidente da Fiesp, Horácio Lafer Piva; e o ex-presidente da Academia, Antonio Lopes de Sá.

### Antoninho Marmo Trevisan

Auditor e consultor de empresas desde 1970, graduado em Ciências Contábeis pela PUC de São Paulo, Trevisan fundou a Trevisan Auditores e Consultores, empresa com mais de 1.400 clientes e 800 profissionais distribuídos em 20 escritórios do Brasil. Em 1998, fundou a Faculdade Trevisan, tornando-se referência nacional pela tecnologia instalada e a metodologia diferenciada em cursos de graduação, extensão, pós-graduação e MBA. Trevisan é membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República e membro da Comissão da Reforma Tributária do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

### Presidente do CFC integra Conselho Editorial de revista

A revista “Razão Contábil” tratará de assuntos especializados para a classe contábil. Nela, os contabilistas poderão conferir reportagens sobre as tendências da área contábil, de auditoria e gestão financeira, além de temas que abordam a conjuntura econômica e financeira do País. O Conselho Editorial será presidido pelo contador Antoninho Marmo Trevisan, e terá como membro efetivo o presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), José Martonio Alves Coelho.



## Internacional CFC presente em reuniões no exterior

Os interesses da classe contábil brasileira têm sido levados, constantemente, para discussões fora do Brasil. O intercâmbio de informações com outros países ocorre durante reuniões e encontros em que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) participa no exterior. Nos meses de março e abril, representantes do CFC estiveram na República Dominicana, Costa Rica, Nicarágua, Índia e França.

Na Índia, durante o encontro

dos membros da Federação Internacional dos Contadores (Ifac, sigla em inglês), os participantes discutiram, por exemplo, a harmonização internacional das normas contábeis. Foi reforçado o compromisso dos países-membros da entidade de acompanharem as normas editadas pela Ifac. Segundo o diretor-presidente do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon) e representante do CFC, Guy Almeida Andrade, foram aprovadas ainda sete obri-

gações a serem obedecidas pelos signatários, inclusive o Brasil, nas áreas de Auditoria e Contabilidade, como o uso do Código de Ética da Ifac na forma de balizador das questões internas de cada país.

Para Guy, a participação do Brasil nos comitês da entidade significa que o País ajuda na construção das normas e não, simplesmente, as aceita “prontas”.

Em Santo Domingo, na República Dominicana, o conselheiro

do CFC, Alcedino Gomes Barbosa, esteve no “2º Congresso Ibero-americano de Administração Empresarial e Contabilidade” e no “V Congresso Domenico Cubano de Contabilidade, Auditoria e Tributação”, nos dias 25 a 27 de março.

Alcedino esteve ainda na embaixada do Brasil naquele país, participou da reunião com o presidente e diretores do Instituto de Contadores Públicos da República Dominicana e promoveu um

## Sistema Contábil Brasileiro apresenta ao Governo proposta de desburocratização

O Sistema CFC/CRCs e a Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon) apresentaram, em Brasília (DF), durante os dias 19 a 21 de maio, uma proposta conjunta em que apontaram as dificuldades para abertura, alteração e fechamento de empresas no Brasil.

Foi durante o *Workshop* sobre Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas, realizado pelos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, na Escola de Administração Fazendária (Esaf). O objetivo foi fazer um diagnóstico sobre como funciona esse processo em todo o País. Participaram ainda do *Workshop* representantes de seis ministérios, de juntas comerciais de várias partes do País, de prefeituras, da Receita Federal e de Secretarias de Fazenda. No total, foram 24 órgãos e entidades envolvidas.

Os contabilistas estão entre os profissionais que mais ouvem reclamações sobre o excesso de burocracia, já que são o elo entre o contribuinte e os demais órgãos responsáveis pelo processo de registro comercial. Por isso, foram convidados a apresentar um estudo para apontar esses problemas.

Na análise dos contabilistas e dos empresários, o excesso de burocracia envolvendo os órgãos



Durante três dias, profissionais da contabilidade sugerem propostas de simplificação

de registro, alteração e baixa de firmas acarreta em prazos excessivos, com altos custos e desgastes desnecessários para o contribuinte e para os próprios órgãos envolvidos. “Eu compreendo que se não houver essa desburocratização a que se propõe, a coisa vai pro ralo”, afirmou o presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará (CRCCE), Amândio Ferreira. Ele é um dos integrantes do Grupo de Estudo do CFC que, ao lado da Fenacon, elaborou o documento contendo os principais entraves burocráticos.

Durante apresentação da proposta, o vice-presidente para a região Sudeste da Fenacon, Nivaldo Cleto, mostrou ao público o perfil das duas entidades e a luta travada por elas na busca pela racionalização e simplificação, nas relações entre empresas e a máquina estatal. “Cada um aqui terá que pensar em como fazer para desburocratizar”, propôs.

No diagnóstico apresentado, foi constatado que o excesso de burocracia tem origem na disformidade, na complexidade e na repetição de normas produzidas ao longo dos anos. O levantamento também apontou que a falta de consolidação da legislação que disciplina as obrigações de registro, regularização e baixa das empresas, nas esferas municipal, estadual e federal, acaba criando regras próprias nos órgãos envolvidos, que resultam no constante aumento do caos.

Na avaliação da coordenadora do Grupo de Trabalho da Reforma Tributária do CFC, Marta Arakaki, que também participou do evento, a simplificação dos processos de registro e de legalização de firmas pode trazer para a formalidade cerca de 13 milhões de empresas. Ela se baseia em números apresentados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). “O governo tem que se

conscientizar de que é somente por meio da micro e da pequena empresa que será possível gerar os milhões de empregos prometidos em campanha”, disse.

Na proposta apresentada pelo Sistema CFC/CRCs e pela Fenacon, foi sugerido ainda que os processos de abertura, de alteração e de baixa das empresas fossem uniformizados e realizados pela *internet*. Pelo sistema vigente, o contabilista precisa enviar a cada um dos órgãos as informações e o pedido de autorização para o registro da empresa.

As propostas apresentadas durante os três dias do *workshop* serão consolidadas pelo Ministério da Fazenda. De acordo com o assessor da Secretaria de Políticas Econômicas do Ministério, Marcelo Ferreira,

a intenção é reenviar o material compilado aos participantes do evento. “O Governo ainda não definiu se será elaborado um projeto de lei ou vários projetos de lei. O certo é que teremos que fazer muitas parcerias e diversos convênios”, adiantou. O Grupo de Estudo, formado pelo CFC e pela Fenacon, acompanhará todas as etapas deste processo.



Presidente da Fenacom representa contabilistas na abertura do evento

encontro com o presidente da Associação de Contadores e Economistas de Cuba.

**Costa Rica** – Na capital do país, San José, Alcedino esteve na reunião do Comitê de Coordenação Internacional da Associação Interamericana de Contabilidade (AIC), entidade de que faz parte como vice-presidente para Assuntos Técnicos. Como resultado desta reunião, foi assinada a declaração de San José, em que seus signatários

tários, entre eles o Brasil, se comprometeram a organizar um Fórum Mundial, a fim de serem estudadas as exigências e as necessidades das pequenas e médias empresas de contabilidade e de seus executivos individualmente.

O Fórum ainda visa buscar a integração dos contadores e decidir sobre a criação de uma nova entidade mundial que represente, de forma abrangente, os interesses da profissão. Para isso, os signatários da Carta reconhecem a

importância de envolver os organismos da profissão dos cinco continentes.

Durante o encontro, foram discutidos os temas a figurarem na 26ª Conferência Interamericana de Contabilidade, a ser realizada entre os dias 23 e 26 de outubro de 2005, em Salvador (BA). “Gostaria de registrar a importante contribuição brasileira nesse processo histórico, que poderá ser o alicerce de significantes mudanças na profissão contábil mundial”,

disse Alcedino. Por fim, ele também visitou a embaixada do Brasil na Costa Rica e participou de um encontro com os presidentes e diretores dos Colégios de Contadores Públicos e Privados locais.

Em Paris, na França, o CFC esteve representado pelo seu ex-presidente, contador José Maria Martins Mendes, na reunião do Comitê de Integração de Países Latinos-Europa-América (Cilea), no dia 19 de março.

## Espírito Santo

Especialista em Análise Econômico-financeira e Tributária, a Técnica em Contabilidade Iolides Maria Pereira Pimentel foi aprovada no Exame de Suficiência, em 2003, como contadora, após ter se formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Espírito Santo. Por todos os serviços que já realizou na área contábil, a profissional da Contabilidade resume, em uma só frase, a importância da profissão: “valorizo o meu trabalho, zelando a minha imagem e a dos meus clientes”.

No início de sua carreira, Iolides trabalhou em vários escritórios de Contabilidade até ser aprovada em

um concurso público, para trabalhar na Prefeitura de Vila Velha (ES). “Como servidora, comecei a trabalhar diretamente com tributação”, lembra. Depois de algum tempo prestando serviços ao Estado, Iolides decidiu montar o próprio escritório. “Deixei o emprego para me dedicar exclusivamente à Contabilidade das empresas no Estado. Aos poucos, fui conquistando clientes”, diz.

Iolides aproveita para fazer uma crítica ao sistema tributário no País. “Acho que, da forma que a Reforma Tributária está sendo proposta pelo Governo, o processo ficará sendo o mesmo. Nós sabemos das dificuldades que pesam no bolso do contribuinte”, justifica. Sobre o Exame de Suficiência, a contadora enfatiza que “este veio para selecionar os melhores profissionais”. E complementa: “Percebo que o problema maior não é a criação de instituições de ensino, mas a falta de maturidade e de interesse do aluno”.

## Pernambuco

Formado pela Universidade Federal de Pernambuco nos anos 70, o contador José Ulisses da Silva, em sua trajetória profissional, fez da Contabilidade Pública a porta de entrada para o seu sucesso. O contador lembra do seu primeiro emprego no Departamento Pessoal da Usina de Cucaú, no Estado de Pernambuco. “Foi lá que tive o primeiro contato com a Contabilidade”, lembra.

Depois de formado e já residindo em Recife (PE), o contador trabalhou em várias empresas, sempre se dedicando à Contabilidade Pública. “Ela representa o sistema financeiro das empresas. Criada pela Lei nº 4.320/64, ela veio dar suporte na parte de liquidez do País, reorganizando o cofre do Governo daquela época”, conta.

Para Ulisses, a Contabilidade,

nas mais diversas áreas, é imprescindível para a tomada de decisões nas grandes empresas. “É uma consequência natural da profissão contábil. O profissional da Contabilidade do futuro irá expor aquilo que ele manipula; o que ele realiza”, diz. Segundo Ulisses, “a Contabilidade em si não é um problema, mas, sim, as decisões dos maus gestores públicos”.

Contador do Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco (CRCPE) por dez anos, Ulisses é consultor contábil de entidades não-governamentais, consultor de entidade da profissão regulamentada, auditor independente e professor da Universidade Federal de Pernambuco.



Iolides Maria Pimentel



Ulisses da Silva

# História | da Contabilidade

## A Contabilidade dos Gregos e da Roma Antiga

Os dados mais positivos sobre a história da Contabilidade foram encontrados na civilização grega. A forma de governo era monárquica e o rei deliberava em conjunto com a assembleia do povo. As decisões eram sempre ao arpejo das leis, porque os costumes eram toscos. Os gregos produziam pão, vinho e industrializavam a madeira, o cobre, o bronze, o ouro, a prata, o marfim; fabricavam armas, utensílios agrícolas e domésticos, tecidos e outros artigos.

O comércio bancário se desenvolveu, realizando várias operações financeiras. Os recursos para a movimentação bancária se originavam dos fundos acumulados nos templos de Delo e Delfo. Sobre os empréstimos, eram calculados juros que

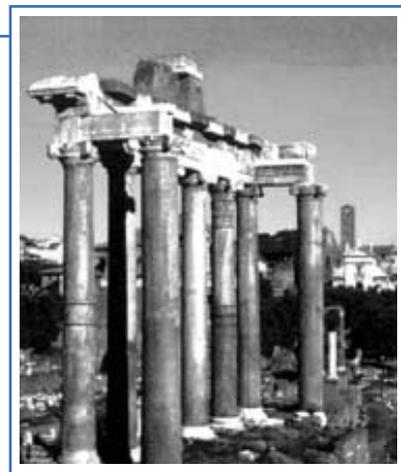
variavam de 12 a 18%. Os coletores de tributos eram chamados de *mastroi* ou *colacretai*. A arrecadação da receita e a prestação de contas ao Tesouro Público eram fiscalizadas por inspetores e magistrados.

Já os revisores de contas eram chamados de *logistas*, *logigestes* ou *logotetas*. O controle para a prestação de contas era muito rigoroso. Os gregos, no entanto, preferiam os escravos para a realização desse serviço, porque, por meio de torturas, facilmente as contas eram prestadas. A Contabilidade era indispensável para registrar e controlar tão complexo mecanismo, proveniente das operações existentes.

Já os romanos dominavam, naquela época, os três

continentes existentes: o Asiático, o Africano e o Europeu. Competia ao Senado discutir e deliberar sobre os negócios públicos. No período de 753 a 510 a.C., o poder sacerdotal, o judiciário, o militar e, principalmente, o financeiro tiveram fundamental importância para o desenvolvimento da civilização romana. Saques e cobranças de tributos dos povos dominados constituíam novas fontes de receita.

Grande parte dessa receita orçamentária destinava-se à compra de armas, a fim de aparelhar os exércitos, assim como para obras públicas. Os registros contábeis eram apresentados ao Tribunal e ao Senado, para prestar contas da administração dos patrimônios privados ou da gestão do dinheiro público.



Os romanos escreviam em tábuas de madeira, depois gravavam no mármore e, quando desejavam perpetuar as suas escritas, as mesmas eram feitas em lâminas de cobre. O sistema métrico dos romanos era composto das medidas lineares, de peso e de capacidade, tais como plegada, pé, passo, milha, onça, libra, etc.

## Representantes do Sistema CFC/CRCs reúnem-se com o deputado Átila Lira

O presidente do CFC, José Martonio Alves Coelho, esteve em Brasília (DF), no dia 20 de maio, com o deputado Átila Lira (PSDB-PI). O parlamentar é autor do Projeto de Lei que dispõe sobre a representatividade dos Estados na composição plenária do CFC. Eles trataram do andamento da proposta que, atualmente, está na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. O relator da matéria é o deputado Vicentinho (PT-SP), representado na ocasião pelo chefe de Gabinete, Paulo César de

Iderton Alves



Irineu De Mula, Zulmir Ivânio Breda, Sílvia Mara, José Martonio, Átila Lira e Raimundo Neto

Mello. Também participaram do encontro os vice-presidentes Técnico do CFC e de Controle Interno do CRCRS, Irineu De Mula e Zulmir Ivânio Breda, respecti-

vamente; a conselheira do CFC, Sílvia Mara Cavalcanti; e o ex-vice-presidente de Controle Interno do CFC, Raimundo Neto de Carvalho.

## CRCRS

### Recebe o “Troféu Destaque” do Jornal do Comércio



Luiz Antonio Bala Minut, vice-presidente do CRCSP; Luiz Enory Spinelli, presidente do CRCRS; e Lourival Pereira Amorim, vice-presidente do CRCSC

O Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRC) recebeu, no dia 25 de maio, o “Troféu Destaque” do Jornal do Comércio/ 2003, na categoria Entidade. O prêmio foi concedido pelo Jornal do Comércio de Porto Alegre.

O troféu é o reconhecimento desse veículo de comunicação, pelo excelente trabalho do CRC, que contribuiu para o desenvolvimento, o crescimento e o aprimoramento da comunidade gaúcha e brasileira. A cerimônia foi realizada no salão de convenções da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs). O troféu, criado pelo escultor Xico Stockinger, é tradicionalmente entregue durante as comemorações do aniversário do Jornal do Comércio, que este ano completou 71 anos, e do Dia da Indústria (25 de maio).



## Carta Aberta ao Ministro da Fazenda

### Culpa mal atribuída

Tendo em vista a recente declaração do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que, durante encontro com empresários na Ilha de Comandatuba, atribuiu “as dificuldades enfrentadas pelas pequenas empresas brasileiras aos altos custos cobrados pelos profissionais da Contabilidade”, o Conselho Federal de Contabilidade resolve divulgar, nos principais jornais do País e no site do CFC, a seguinte Carta Aberta:

O Conselho Federal de Contabilidade-CFC, como caixa de ressonância dos seus vinte e sete Conselhos Regionais – regulamentando mais de trezentos mil profissionais em todo o território Nacional –, vem de público manifestar sua solidariedade à laboriosa Classe Contábil, ofendida pelas declarações do Ministro Antônio Palocci, quando atribuiu, indevidamente, as dificuldades das pequenas empresas aos elevados custos dos serviços contábeis.

Acreditamos que a imputação dessa culpa, que tanta indignação causou em nosso meio, deva-se a uma visão distorcida ou informação intempestiva, passada ao Senhor Ministro por alguma assessoria mal informada.

A realidade é bem outra, e o próprio Governo Federal já começa a perceber, quando o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o Ministério da Fazenda, recentemente, promoveram junto à Escola de Administração Fazendária, em Brasília, o Workshop “Simplificação e Racionalização do Registro e Legalização de Empresas”, partindo da premissa – contida em pesquisa do Banco Mundial e amplamente divulgada pela mídia nacional – de que os custos da burocracia no Brasil são exorbitantes. O nosso País está colocado em posição vergonhosa e vexatória no ranking mundial das exigências burocráticas descabidas.

A propósito, o profissional da Contabilidade há muito vem sendo obrigado a arcar com o trabalho infrutífero, decorrente do aumento constante das obrigações acessórias impostas pela Administração Pública (federal, estadual e municipal) às suas empresas clientes. Estas, por sua vez, já submetidas a uma carga tributária impagável, submetem os seus prestadores de serviço a índices de inadimplência insustentáveis.

Feitas estas considerações – se nos calássemos, as pedras gritariam! –, queremos expressar nosso apoio irrestrito à Classe Contábil, ao tempo em que oferecemos ao Governo a experiência e o conhecimento de quem labora, diuturnamente, na realidade das empresas, para colaborar num esforço coletivo de melhoria das relações do cidadão empreendedor com a máquina estatal. Queremos, como o Governo, que as empresas saiam da informalidade e venham contribuir, às claras, para o crescimento da economia, gerando mais empregos e renda. Quando isso acontecer, os profissionais da Contabilidade terão o ensejo de negociar com os seus clientes a paga justa e receber uma remuneração mais condizente com os relevantes e imprescindíveis serviços que prestam à sociedade brasileira.

José Martonio Alves Coelho  
Presidente do CFC

## Seminário debate Lei Geral das MPEs

Organizado pela Frente Parlamentar das Micro e Pequenas Empresas (MPEs), pelo Instituto pela Produção, Emprego e Desenvolvimento Social (Iped) e pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o seminário “A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas” teve a participação do CFC. No evento, realizado em 18 de maio, em Brasília (DF), a coordenadora do Grupo de Estudo para Reforma Tributária do CFC, Marta Arakaki, participou do painel “Propostas do segmento para a Lei Geral das MPEs”. Esteve ainda no encontro o presidente da Fenacon, Pedro Coelho Neto.

## “CFC em um Dia”

Participaram da Reunião Plenária do dia 21/5, na sede do CFC, em Brasília: a delegada de Itabaiana/SE, Patrícia Souza Dantas(1); a delegada de Angra dos Reis/RJ, Sirlei Vieira dos Santos(2); Ilton Vander Ribeiro, delegado de São Luis dos Montes Belos/GO(3); e o presidente do Sindicato dos Contabilistas e Técnicos em Contabilidade de Toledo/PR, Ivo Destefeni(4). A visita faz parte do projeto “CFC em um Dia”, onde os convidados, além de assistirem à reunião, conhecem as instalações do prédio e o Museu Brasileiro de Contabilidade.



Fotos: Fabrício Santos

# Conselheiros em Destaque

## Bernardo Rodrigues de Souza | “A profissão mais bela do Brasil”

O conselheiro do CFC Bernardo Rodrigues de Souza (gestão 1º/1/2002 a 31/12/2005) uniu o conhecimento adquirido como Técnico em Contabilidade com o de historiador. “A Contabilidade é a profissão mais bela do Brasil e do mundo. Esteve presente na origem do homem, nos dias atuais e terá fundamental importância no futuro”, garante.

Com especialidade em Contabilidade Pública, a trajetória deste profissional é exemplar. Iniciou-se com sua formação pela Escola Técnica de Comércio do Amapá, em 1964. Seis anos depois, Bernardo viria a obter licenciatura em Organização Social e Política pela Faculdade de Filosofia do Pará. “Em todos esses anos, conquistei o respeito e a admiração dos profissionais da

área”, justifica. Com experiência no magistério, Bernardo critica a quantidade de cursos de Ciências Contábeis existentes no País. “Nem todas as faculdades estão preparadas para formar bons profissionais. Infelizmente, elas visam o lucro”, analisa.

Bernardo lembra ainda da falta de prestígio, por parte do Governo Federal, com relação à profissão contábil. “Quando é ela-

borado um plano econômico, esquecem que nós, contabilistas; somos quem aplicam o referido plano, mas quando algo sai errado, nós somos os culpados!”, critica.



Divulgação

### Detalhes da carreira

Em 1989, o conselheiro Bernardo obteve licenciatura plena em História, pela Escola Superior de Guerra. No governo do Amapá, entre os anos de 1964 e 1969, foi secretário de Finanças de Macapá e, um ano depois, chefe da Contabilidade-geral do Hospital-escola São Camilo e São Luís. Por cinco anos (1985-1990), foi secretário de Finanças do Território Federal do Amapá. Atuou também como chefe do Núcleo Setorial de Planejamento, na Secretaria de Segurança Pública (1997-2000), e trabalhou como conselheiro e vice-presidente de Fiscalização, no Conselho Regional de Contabilidade do Amapá (1999-2002).

## Hugo Rocha Braga | “A falta da Contabilidade é como um barco sem bússola”

“Objetivamente, eu sempre lidei com Contabilidade”. A frase do conselheiro do CFC, Hugo Rocha Braga (gestão 1º/1/2004 a 31/12/2007), resume sua trajetória profissional, cuja carreira se iniciou há mais de 40 anos. Formado pela Faculdade de Ciências Contábeis Moraes Júnior, no Rio de Janeiro, o contador lembra que o primeiro contato com a Contabilidade ocorreu no final da década de 50, quan-

do fez o curso de nível médio, na Escola Técnica do Comércio Cândido Mendes (RJ). Ele também guarda no currículo acadêmico diplomas do curso de Administração e de Pós-graduação em Finanças.

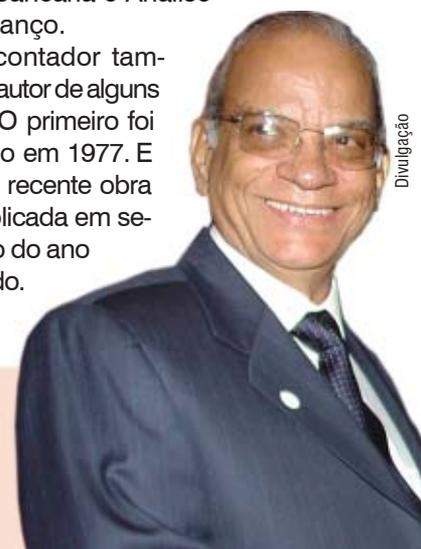
Decidido a atuar como servidor, Hugo Rocha Braga foi aprovado em concurso público do Banco do Brasil, sendo designado a trabalhar na agência do Centro carioca. À noite, aproveitava para aprimorar seu

aprendizado, prestando trabalho extra num escritório da Candelária.

No Banco do Brasil, o contador passou pelas áreas de Tesouraria, de concessão de crédito para empresas, de auditoria; e participou da elaboração de um manual em que constam as instruções da instituição para a concessão de empréstimos. Em paralelo, ele dava aulas em instituições de ensino superior. Na Fundação Getúlio

Vargas (FGV), saiu diplomado para lecionar duas matérias: Contabilidade Bancária e Análise de Balanço.

O contador também é autor de alguns livros. O primeiro foi lançado em 1977. E a mais recente obra foi publicada em setembro do ano passado.



Divulgação

### Detalhes da carreira

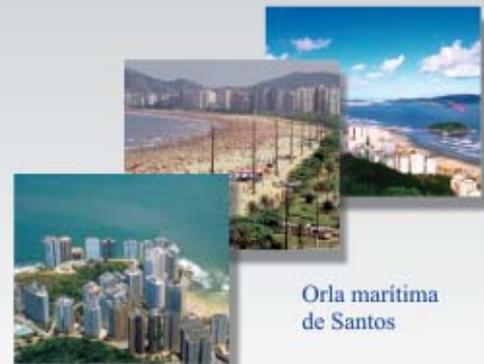
Hugo já foi presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRCRJ), no biênio 1990-1991, e atuou na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Também já passou pelo Banco Central. Na área acadêmica, coordenou cursos até chegar à diretoria da Faculdade Moraes Júnior. O contador foi ainda representante do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), no Rio de Janeiro. Hoje, Hugo Rocha Braga é consultor independente.



Fique por dentro dos preparativos do maior evento contábil brasileiro, acessando o site [congresso.cfc.org.br](http://congresso.cfc.org.br). Você poderá conferir as novidades, o regulamento, a programação, as fotos da cerimônia de lançamento do 17º Congresso Brasileiro de Contabilidade, a história dos congressos e muito mais. O 17º Congresso Brasileiro de Contabilidade será realizado no período de 24 a 28 de outubro de 2004, no Mendes Convention Center, na cidade de Santos (SP).

Venha participar!

Mais informações, envie um e-mail para [congresso@cfc.org.br](mailto:congresso@cfc.org.br)



Realização:

Patrocínio:

Organização:

